



PREFEITURA DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 / Ramais 222 / 230 / 231

dispensas@itaqui.rs.gov.br

CONTRATO Nº 603/2024

LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO.

O **MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 88.120.662/0001-46, com sede nesta cidade de Itaqui, sito à Rua Bento Gonçalves, nº 335, neste ato representado pelo **Prefeito Leonardo Dicson Sanchez Betin**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 017.263.910-78 e portador da Carteira de Identidade nº 6098894147, denominado como **LOCATÁRIO**, e **ANTONIO CONTURSI NETO**, inscrito no CPF sob o nº 386.913.700-25, residente na Rua Osvaldo Aranha, nº 1.199, Bairro Centro, na cidade de Itaqui/RS, CEP 97.650-000, **CÍNTIA SILVA CONTURSI**, inscrita no CPF sob o nº 431.448.100-53, residente na Av. Independência, nº 354, Bairro Centro, na cidade de Itaqui/RS, CEP 97.650-000, **BRUNO SILVA CONTURSI**, inscrito no CPF sob o nº 303.852.020-91, residente na Av. Independência, nº 1.106, Bairro Centro, na cidade de Itaqui/RS, CEP 97.650-000, **LEILAH SILVA CONTURSI**, inscrita no CPF sob o nº 509.587.550-00, residente na Rua Jeronimo de Ornelas, nº 26, Apto. 204, Bairro Santana, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.040-340, doravante denominados **LOCADORES**, tendo em vista o Processo Administrativo nº 126/2024, e em observância às disposições do Art. 74, Inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 8.819/2023 e a **Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024** firmam o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente contratação a Locação de Imóvel Urbano destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, localizado na Av. Independência, nº 354, Bairro Centro, nesta cidade, cadastrado com a Matrícula do Imóvel de nº 11.507, junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação.

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta.

1.2.3. A Proposta dos Contratados.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A fiscalização do contrato será exercida conforme Portaria nº 88/2024, fl. nº 15 do Processo Administrativo nº 126/2024, pelo **Gestor** Lucian Del Fabbro, **fiscal** Giancarlo Rocha Berro e **suplente** Fernanda Silveira Dellamora.

Cláusula Segunda – DOS PRAZOS

2.1. O contrato terá validade de **até 12 (doze) meses**, contados a partir da data da Ordem de Início, podendo ser prorrogado por sucessivos e iguais períodos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, através de Termo Aditivo, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 / Ramais 222 / 230 / 231

dispensas@itaqui.rs.gov.br

2.2. Nos casos da CONTRATADA não entregar o serviço de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição do serviço não aceito, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

Cláusula Terceira – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto descrito na Cláusula Primeira, a importância mensal de **R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais)**, com vencimento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês de uso do imóvel, mediante o Laudo de Autorização de Pagamento emitido pelo Gestor e Fiscal do contrato.

3.1.1. As despesas de IPTU e água serão de responsabilidade dos locadores, já os custos com energia elétrica, bem como benfeitorias para adequação do imóvel ao seu uso correm por conta do locatário.

3.3. A nota fiscal/fatura emitida deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número da inexigibilidade, a fim de acelerar a liberação do documento fiscal para pagamento.

3.3.1. O pagamento somente será liberado quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5. O índice aplicado pelo Município para reajuste e correção é o IPC-A ou algum outro que venha a ser mais vantajoso à municipalidade.

Cláusula Quarta – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

5.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

5.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

5.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

5.1.4. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato.

5.1.5. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.

5.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega do laudo no setor competente.

5.1.7. Aplicar à Contratada penalidades, quando for o caso.



PREFEITURA DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 / Ramais 222 / 230 / 231

dispensas@itaqui.rs.gov.br

5.1.8. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Contratada:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência.

5.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos

5.2.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.2.5. Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente sobre o bem locado.

5.2.6. Manter, durante o contrato, as mesmas condições de habilitação.

5.2.7. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

5.2.9. Assinar o contrato no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data recebimento, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

Cláusula Sexta – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade 01 – Departamento Administrativo da Secretaria

Projeto/Atividade 2088 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento 3.3.3.9.0.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF

Recurso 1500 – 0001 – Recursos não Vinculados de Impostos

Reduzido 3096

Solicitação de Compras nº 193916.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

7.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



PREFEITURA DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 / Ramais 222 / 230 / 231

dispensas@itaqui.rs.gov.br

a) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

c) inexecução parcial do contrato, atraso injustificado de até 15 (quinze) dias: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 5% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

d) inexecução total do contrato, atraso injustificado por prazo superior ao previsto na alínea 'c': suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

f) atrasar injustificadamente até 15 (quinze) dias: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais penalidades;

g) atrasar injustificadamente acima de 16 (dezesesseis) dias: multa de 0,2 % (dois décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais penalidades;

h) recusar injustificadamente a entrega dos materiais: multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais penalidades.

7.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

7.3. A Contratada está obrigada a manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Constituem motivos para rescisão contratual todos os elencados no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial do contrato, conforme previsão do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Oitava – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Pactuam as partes que comunicações/notificações relacionados ao objeto do presente “contrato” serão realizadas por e-mail e/ou WhatsApp, independentemente de confirmação de recebimento, sem necessidade de recebimento de forma física, comprometendo-se a contratada em manter os seus contatos devidamente atualizados, sob pena de não lhes ser lícito reclamar a respeito.

8.2. O presente contrato está vinculado a **Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024**, à proposta da contratada, o Decreto Municipal nº 4.728/2005, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE ITAQUI
Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 / Ramais 222 / 230 / 231

dispensas@itaqui.rs.gov.br

8.3. As partes elegem o foro da Comarca de Itaqui/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste Contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam em três vias de igual teor este instrumento.

Itaqui/RS, 21 de maio de 2024.

MUNICÍPIO DE ITAQUI
Leonardo Dicson Sanchez Betin
Prefeito

ANTONIO CONTURSI NETO
Locador

BRUNO SILVA CONTURSI
Locador

CÍNTIA SILVA CONTURSI
Locadora

LEILAH SILVA CONTURSI
Locadora